Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA)
luana.patriolino@gmail.com

Ed Alves/CB/D.A.Press



Conflito de interesses

Outro item sugerido para melhorar a gestão do setor é sobre o currículo dos futuros secretários de segurança no Distrito Federal. O fato de Anderson Torres (**foto**) ter sido ministro da Justiça e Segurança Pública do presidente Jair Bolsonaro gerou incômodo. Isso é apontado pelos especialistas como fator determinante para a omissão dele diante da depredação dos prédios dos Três Poderes.

Padre bolsonarista

Em Mato Grosso do Sul, uma missa chamou a atenção pela defesa de um padre aos bolsonaristas que destruíram as sedes do Palácio do Planalto, do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF). Em vídeos que circulam na internet, o religioso critica as prisões dos envolvidos, fala em "injustiça" e sugere apoio aos golpistas que acamparam em frente aos quartéis do Exército. Ele chamou de "movimento democrático e pacífico". Diante da situação, o promotor João Linhares, do Ministério Público em Dourados (MS), enviou um requerimento ao bispo Dom Henrique Aparecido de Lima, da Diocese da cidade, relatando que o sacerdote "politizou ostensiva e desnecessariamente o ato religioso" e teceu comentários "inverídicos".

Segurança a quatro mãos

No meio jurídico, cresce a tese a respeito da criação de mecanismos para o governo federal participar mais da segurança pública do DF. Para os que encampam a proposta, as soluções para evitar outro episódio como o do "domingo da infâmia" passam pela legislação, que deve prever que a União concorde com o nome escolhido pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para comandar a Secretaria de Segurança Pública, além dos chefes das polícias da capital. A ideia de se ter um aval seria uma maneira de prevenir atos terroristas, como aconteceu em 8 de janeiro em Brasília.



Esclarecimento

Em resposta ao promotor e à sociedade, a Diocese de Dourados publicou nota oficial afirmando que o único propósito da igreja é o de pregar a paz. O documento diz que o país vive "momentos de incertezas e acirramentos, que podem gerar divisões na sociedade". "Assim, eu, Dom Henrique, CSsR, como toda a Igreja, afirmo que o posicionamento da Diocese de Dourados seja única e exclusivamente a propagação do evangelho levando todos à maturidade espiritual, social e comunitária em qualquer seguimento da sociedade", frisou. No entanto, em nenhum momento a conduta do padre que defendeu os terroristas foi repreendida.

Regulação das redes

No Congresso, uma ala de parlamentares reclama da possibilidade de o governo Lula enviar uma medida provisória para regular as redes sociais. Para eles, o Palácio do Planalto cometeria o mesmo erro de Bolsonaro, quando, em setembro de 2021, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolveu a MP 1.068 — que dificultava a retirada de conteúdo, sobretudo mentiroso, da internet — ao governo. A proposta do petista para regulação, porém, se refere à disseminação de fake news nas plataformas digitais. No ano passado, Lula defendeu a criação de mecanismos para separar "o joio do trigo" e frear a desinformação que grassa no país.

Febraban recebe autoridades

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) recebe, na próxima terça-feira, a visita dos ministros da Fazenda, Fernando Haddad; do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro; e da Gestão e Inovação Pública, Esther Dweck — além do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. A reunião dá continuidade aos encontros realizados, desde 2021, com representantes dos poderes e autoridades internacionais para debater a conjuntura econômica e ações a serem tomadas para a retomada do crescimento do país.

Ajuda aos ianomâmis

A Central Única das Favelas (Cufa) e a Frente Nacional Antirracista lançaram uma campanha para construir dois pólos de saúde em distritos indígenas do povo ianomâmi. Um será instalado em Surucucu, outro em local a definir. O objetivo das instituições é arrecadar R$ 3 milhões com a iniciativa. A mobilização para a campanha acontece até 27 de fevereiro. Em 1º de março, será apresentado o resultado das doações.

CONGRESSO

PGR dá sinal verde à posse de deputados

Em resposta a Moraes, procurador não vê indícios de que bolsonaristas tenham incitado o terrorismo de 8 de janeiro

O subprocurador-geral da República Carlos Frederico Santos, coordenador do Grupo Estratégico de Combate aos Atos Antidemocráticos, disse, ontem, que não encontrou indícios de que parlamentares bolsonaristas tenham incitado o terrorismo de 8 de janeiro. Ele defendeu que o Supremo Tribunal Federal (STF) arquive o pedido feito por um grupo de advogados para que a Corte suspenda a posse e apure eventuais ações dos deputados nos atos golpistas.

"Não há justa causa para a instauração de inquérito ou para a inclusão, a princípio, dos parlamentares nos procedimentos investigatórios já instaurados para apurar a autoria dos atos atentatórios ao Estado Democrático de Direito. É óbvio que, caso surjam novos elementos que indiquem que os parlamentares concorreram para os crimes, serão investigados", frisou Carlos Frederico.

O procurador também defendeu que a imunidade parlamentar começa no momento da diplomação e que eventual quebra de decoro deve ser investigada e processada pelo Conselho de Ética da Câmara de Deputados.

A manifestação é uma resposta à determinação do ministro Alexandre de Moraes, do STF, que na sexta-feira deu 24 horas para a PGR dizer se via elementos para incluir os deputados eleitos no inquérito que mira a conduta de autoridades no contexto da tentativa de golpe de Estado no dia 8. O pedido para barrar a posse dos deputados foi feito por membros do grupo Prerrogativas. Eles alegaram que os deputados endossaram os protestos extremistas na Praça dos Três Poderes.

A representação era contra a posse dos deputados André Fernandes (PL-CE), Carlos Jordy (PL-RJ), João Henrique Catan (PL-MS), Luiz Ovando (PP-MS), Marcos Pollon (PL-MS), Nikolas Ferreira (PL-MG), Rodolfo Nogueira (PL-MS), Rafael Tavares (PRTB-MS), Silvia Waiãpi (PL-AP), Sargento Rodrigues (PL-MG) e Walber Virgolino (PL-PB).

Direita fechada com Marinho

Natanael Alves/PL



O PL confirmou, ontem, a candidatura de Rogério Marinho (RN) à Presidência do Senado. O parlamentar eleito recebeu apoio, além do seu próprio partido, do PP e Republicanos. O evento contou com a presença dos presidentes das três legendas — Valdemar da Costa Neto (PL), Ciro Nogueira (PP) e Marcos Pereira (Republicanos) —, além de bolsonaristas como a senadora eleita Damaraes Alves (Republicanos-DF), o deputado Ricardo Salles (PL-SP) e do filho do ex-presidente, Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Marinho tentou atrelar seu adversário, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aos atos terroristas de 8 de janeiro. Chegou a dizer que aliados do governo Lula teriam "contribuído" com a depredação do Congresso.

PO NEWS
EDIÇÃO Nº 883 | ANO 48
Boletim informativo das Organizações PaulOOctavio
29 DE JANEIRO DE 2023 | BRASÍLIA/DF
Informe Publicitário





SELO IMÓVEL + INTEGRIDADE

PAULOOCTAVIO RECEBE RECONHECIMENTO POR SUAS BOAS PRÁTICAS

A PaulOOctavio recebeu o Selo Imóvel + Integridade, outorgado pelo Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Distrito Federal (Creci-DF) às imobiliárias que comprovam a adoção de práticas anticorrupção e conduta ética e se comprometem em aprimorar seus programas de Integridade, Gestão, Responsabilidade Social e Sustentabilidade.

O selo nasceu da vocação e empenho da diretoria do Creci-DF. Com ele, o setor imobiliário se desenvolve e torna o mercado mais justo para profissionais e mais seguro e confiável para a sociedade e investidores. A criação do Selo Imóvel + Integridade foi um sucesso e é um importante legado para todos.

A segunda edição de entrega do Selo Imóvel + Integridade aconteceu no Centro de Tecnologia do Banco do Brasil. O comitê avaliador é formado pela CGU, Instituto Ethos, Sebrae Nacional, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, BRB, Ademi-DF, Anoreg-DF, Secovi-DF e Portal DFImóveis.

www.paulooctavio.com.br